

# TRABALHO COLETIVO EM SAÚDE

*Marcelo Augusto do Nascimento Muniz*

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A expansão do projeto socioeconômico e político-ideológico de matriz neoliberal, consolidado nas conjunturas de crise estrutural, orgânica e inerente à lógica de produção e reprodução do capitalismo, que se instalaram nas últimas décadas, intensificou o movimento de transformações do processo produtivo, por intermédio do avanço tecnológico, da constituição de novas formas de acumulação flexível, de modelos alternativos de produção e gestão da força de trabalho, fundamentalmente, a partir de um novo padrão de sociabilidade e organização social, em escala mundial, reorientado para a reprodução das determinações do capitalismo, por intermédio da disseminação e aceitação cooptada das contradições inerentes ao capital, além da ampliação e complexificação dos mecanismos de extração da mais-valia e exploração da classe-que-vive-do-trabalho, conceito defendido por autores como Antunes (2009) para definir a classe trabalhadora.

Deste modo, é notório que a crise experimentada pelo capitalismo na transição entre as décadas de 1960 e 1970 evidenciou as contradições da lógica de produção e reprodução do capital, que por sua vez estabeleceu limites ao chamado Estado de Bem-Estar Social, especialmente nos países centrais, e significou a alteração do padrão de proteção social hegemônico após o término da II Guerra Mundial, rebaixando brutalmente os direitos e conquistas legais dos trabalhadores e erodindo a perspectiva de um sistema de proteção social atrelado à lógica do pleno emprego, principalmente, após o fim do bloco socialista – síntese das ideias e o legado da revolução russa de 1917 e da constituição da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) –, abrindo espaço para a constituição de múltiplos e diversificados mecanismos de organização e exploração do trabalho, apropriação do fundo público e expansão da mais-valia, por intermédio da conformação de modelos mais flexíveis na escala produtiva e no padrão de consumo (IAMAMOTO, 2014).

## PERSPECTIVAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS

A compreensão das formas de organização mais recentes do trabalho perpassa, inicialmente, pelo debate em torno da concepção dialética de materialidade e imaterialidade do trabalho e do produto de sua ação, que envolve a análise dos mecanismos de medição dos processos de trabalho e de seus resultados, expondo, conseqüentemente, as fissuras e contradições do debate, associado a própria ideia de intangibilidade do valor trabalho. Antunes (2009) chama a atenção para a necessidade de se estabelecer uma relação crítica e interpretativa com a noção ampliada de trabalho na contemporaneidade, cujos padrões produtivos, associados ao avanço do saber técnico-científico, complexificam e tornam mais heterogêneas e fragmentadas as relações de trabalho, metamorfoseando-as na atualidade. Assim, o autor chama a atenção para o desenvolvimento de formas de trabalho, cada vez mais dotadas de uma dimensão intelectual, seja nas atividades industriais mais informatizadas ou na esfera crescente do setor de serviços, realizados, fundamentalmente, nas esferas da comunicação, publicidade,

marketing e no estreitamento do trabalho vivo em sua relação com a produção capitalista.

As reflexões inerentes à materialidade e imaterialidade não podem estar desvinculadas da compreensão do trabalho enquanto uma construção social e coletiva com matrizes e determinações expressas dentro da lógica do capitalismo, em suas requisições e estruturas mais recentes. Deste modo, Yamamoto (2014) corrobora com o debate sobre a materialidade do trabalho, constructo da transformação imediata da natureza, introduzindo elementos analíticos que fluem no sentido de imbuir a discussão do trabalho no interior das relações sociais capitalistas. A autora ratifica o caráter dualista da produção capitalista, que não pode ser reduzida à expressão apenas do trabalho material e que, portanto, não constitui a processualidade e a totalidade contraditória do movimento do capital. Deste modo, consolida-se e fortalece-se a perspectiva teórica onde o trabalho capitalista contemporâneo é compreendido a partir do desenvolvimento de relações sociais e históricas de produção, específicas e determinadas socialmente.

Ao apresentar os elementos constitutivos do debate sobre o trabalho e os mecanismos de valorização e, especialmente, a cooperação, Marx (2017), apresenta o processo de trabalho no capitalismo como uma atividade orientada a um determinado fim, comum a todas as suas formas sociais. Nesta perspectiva, a cooperação destaca-se como uma forma de trabalho em que muitos indivíduos trabalham de modo planejado, estabelecendo conexões em um mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém interligados. O trabalho assume, portanto, um caráter estritamente social, porém, coisificado ao trabalhador coletivo, tornando-o, conseqüentemente, apenas um acessório no bojo do processo produtivo. Ratifica-se a perspectiva de um trabalho imediatamente social ou coletivo em grande escala, com uma direção social que estabelece harmonia e conexões estruturantes entre as atividades individuais, de modo a estabelecer e consolidar funções gerais no interior do processo de produção capitalista, cujo intuito está atrelado à maior autovalorização possível do capital, ou seja, maior produção de mais-valor, que por sua vez, representa a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista.

Harvey (2013) destaca que a cooperação, assim como, a divisão bem-organizada do trabalho representa um conjunto de potencialidades positivas do trabalho organizado. Ou seja, atuam como capacidades humanas esplêndidas, capazes de incrementar os atributos coletivos do trabalho. Entretanto, ressalta o autor, o poder de cooperação inerente ao trabalho é apropriado pelo capital, consolidando-se como um poder do capital sobre o conjunto dos trabalhadores, que perdem sua individualidade para se tornarem mero capital variável, em um processo de subsunção do trabalhador ao capital. Não se faz demasiado dizer que o trabalho e seus traços sociais e coletivos são capturados e aprisionados pela lógica capitalista para atender às determinações particulares do capital, sugando o máximo do trabalho possível do trabalhador por intermédio de uma vontade alheia, que submete o trabalho a requisições capitalistas socialmente determinadas com fito à produção, expansão e apropriação da mais-valia e reprodução do sistema capitalista de dominação e exploração.

Outro traço característico desta conjuntura e absolutamente relevante para a compreensão do trabalho na contemporaneidade está presente na chamada emersão do setor de serviços, cujas contribuições de Mandel (1985) são fundamentais para exploração e análise da realidade. Sua gênese está associada à ideia de valor de uso particular do trabalho, uma vez que não se constitui como coisa e sim como uma atividade. Ao analisar as configurações do trabalho no setor de serviços, Marx, em *O Capital* (2013), destaca que o produto das relações

estabelecidas não se materializa em uma mercadoria, como nos moldes do processo produtivo das grandes indústrias. Seu resultado ou fruto do seu trabalho não gera valor de troca, mas sim, valor de uso. Neste contexto, insere-se a reflexão sobre a diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo, ou seja, o trabalho que gera uma mercadoria e produz diretamente mais-valia para o capital, e o trabalho dimensionado apenas por seu valor de uso, por não produzir lucros diretos para a ordem capitalista.

Entretanto, autores como Dal Rosso (2014) destacam que a mercadoria não pode ser compreendida exclusivamente como um bem material ou físico. Para ele, as mercadorias sempre foram produzidas com o intuito de saciar e atender necessidades materiais, assim como, desejos do espírito. Deste modo, paulatinamente, o autor vai desconstruindo a ideia de que é produtivo somente o trabalho que gera diretamente a mais-valia, ou seja, que valoriza o capital. Em seus argumentos, observamos considerações e reflexões que perpassam pela discussão do trabalho coletivo, no qual personagens como o diretor, o engenheiro, o técnico e o capataz, embora não tenham as mãos sujas de graxa, são considerados produtivos, na medida em que fazem parte do grupo dos trabalhadores coletivos. O autor ressalta ainda o trabalho dos profissionais da medicina, da odontologia, do direito, entre outros, que foram proletarizados e, portanto, saíram da esfera individual passando a ser controlados por empresas, cujo objetivo central é a valorização progressiva do próprio capital. Nestas circunstâncias e sob tais condições essas atividades são compreendidas como produtivas, já que valorizam o capital, contribuindo para a criação de mais-valia. Conclui-se, então, que o trabalho desenvolvido no âmbito dos serviços pode ser considerado produtivo quando sua organização se der com o intuito de ampliar o capital inicialmente investido, não se restringindo à troca de serviços por remuneração.

## CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA E CONTRARREFORMAS

A compreensão do trabalho em serviços, como a saúde, não pode, portanto, deixar de resgatar e interpretar tais contribuições teóricas nem tampouco desconsiderar as transformações recentes do mundo do trabalho, que perpassam pelo entendimento do caráter produtivo de atividades não materiais, signo do trabalho no setor de serviços no capitalismo. A nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo, apontados por Antunes (2018), inclui não apenas a totalidade do trabalho coletivo que produz diretamente mais-valia e participa do processo de valorização do capital, consolidando a imagem de uma moderna classe trabalhadora e a imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo. Assim, podemos entender que o assalariamento dos trabalhadores do setor de serviços aproxima-se da lógica e da racionalidade da escala produtiva do capital, em um processo de subordinação e estranhamento cada vez mais crescente e complexo do trabalho ao capital.

Para Antunes (2018), surge nesta conjuntura um novo vocabulário do mundo do trabalho, subordinado a uma lógica capitalista empresarial que consolida expressões como “sociedade do conhecimento”, “capital humano”, “trabalho em equipe”, “envolvimento participativo”, “trabalho polivalente”, “colaboradores”, entre outros. Todas as expressões impulsionadas pelo discurso falacioso em torno da definição de “competências” e “metas”, incrementa, intencionalmente, um estado de obscurantismo em torno de conceitos como multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, tão presentes no trabalho

coletivo na saúde. Nesta perspectiva, a ofensiva do capital cria uma retórica acerca da necessidade de construção de um trabalho de cunho interdisciplinar, mas na prática propõe ações profissionais que tratam uma questão ou problema, sem que os profissionais estabeleçam relação entre si, aproximando-se muito mais a lógica multidisciplinar. O processo de precarização do trabalho na saúde, portanto, ignora a perspectiva transdisciplinar, que propõe a integração de disciplinas em um sistema de vários níveis e com objetivos diversificados, e estabelece uma estratégia de cooptação consentida no ideário mistificador, típica do crescente contexto de terceirizações, informalidade, flexibilidade, subemprego, desemprego estrutural e perda de direitos.

Neste sentido, observamos que o processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, aludido por Antunes (2015), compreende uma conjuntura de encolhimento da classe operária industrial tradicional, além da efetivação expressiva e expansão do trabalho assalariado no setor de serviços. Por intermédio desta seara, o capital estabelece suas estratégias para reestruturação do processo produtivo e reprodução do ideário capitalista, interferindo e determinando as relações contemporâneas do trabalho coletivo e da própria sociabilidade da classe trabalhadora. Para Antunes (2015), este significativo processo de reestruturação dos mecanismos de produção capitalista e das relações de trabalho subordinam os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações e previdência, subjugando serviços e políticas públicas à máxima mercadorização do capital.

Desta forma, o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, que fora dissociado por Yamamoto (2014) do trabalho produtivo, assume novas conotações na atualidade a partir do avanço das privatizações. A saúde pública, por exemplo, tem sido alvo de contrarreformas e convive de perto com a introdução de mecanismos de mercado, de pagamento ou contrapartidas por parte dos usuários e do processo de apropriação do fundo público, através da privatização da gestão dos serviços. Observa-se, portanto, os instrumentos e estratégias do capital para canalização do fundo público como forma de alimentar o mercado financeiro, impactando, em outras tantas esferas, na redução da massa salarial e despesa pública, destinada à conformação das políticas públicas. Nesta perspectiva, o fundo público se configura como um componente estrutural do capitalismo, ratificando o contexto de subsunção real das políticas públicas ao capital, que passam a integrar a ampla engrenagem do intensivo processo de valorização do mesmo.

Tais considerações corroboram para a compreensão e constatação da influência capitalista, a partir das considerações históricas mais recentes, sobre todas as formas de organização do trabalho na saúde na atualidade, determinada pelas requisições e imposições do mercado. Em uma alusão a constituição do trabalho coletivo na saúde, sob a influência do capital, Matos (2013) destaca a tendência contemporânea de substituição da contratação direta dos serviços médicos por uma forma de trabalho organizado e desenvolvido no interior das estruturas do Estado e, crescentemente, pelo setor privado, sendo materializado, diretamente, pelo avanço tecnológico e pela defesa da concepção fragmentada de trabalho. Assim, são dados contornos gerais do trabalho coletivo na saúde, atrelado a consolidação de um modelo biologizante, que está fundamentado no conhecimento absoluto, formal e abstrato do médico e tem no hospital a referência exclusiva de assistência e cujo trabalho parcializado, fragmentado e heterogêneo representam o modelo médico-assistencial privatista redesenhado pelo projeto neoliberal em curso.

Evidencia-se, portanto, o abismo gigantesco entre as prerrogativas da política de saúde idealizada pelo Movimento Sanitário e o sistema de saúde materializado no bojo da sociedade capitalista neoliberal e sua perspectiva de financeirização das relações. Trata-se de uma dicotomia que aparece nos escritos de Soares (2013) como uma disjunção entre o Sistema Único de Saúde (SUS) histórico e o SUS materializado. Consolida-se, mais uma vez, uma conjuntura de desregulamentação, que precariza as estruturas e amarras do sistema de saúde e seus serviços, fragilizando as relações de trabalho críticas e politizantes, por intermédio do fortalecimento de relações de trabalho autoritárias e alienantes, afetando negativamente a liberdade nessas relações triplas do ser humano com a natureza, com os outros seres humanos e consigo mesmo, isto é, com suas próprias capacidades essenciais, conforme sinaliza Mészáros (2016). Uma das consequências mais nefasta dessa conjuntura é a constituição de um setor de serviços que prioriza e fortalece a lógica de subcontratação, normatiza excessivamente as relações de trabalho, desqualifica o profissional, remunera pouco e incorre em perdas significativas dos direitos sociais e trabalhistas. Este é o cenário que atravessa e norteia a conformação do trabalho coletivo na saúde na contemporaneidade, materializada pela participação do “terceiro setor” e seu exército de subcontratados e precarizados. O terceiro setor se configuraria, portanto, como um padrão de resposta do capital, social e historicamente determinado, à dicotomia entre o público e o privado.

O mix ou a combinação entre público-privado na saúde apresentado por Andreatzi (2013) provocou, portanto, rebatimentos diretos sobre a constituição do trabalho neste contexto, construindo um complexo terreno onde germinaram diversos tipos de relações de trabalho, sob uma diversidade enorme de vínculos e relações contratuais. Observa-se, portanto, seja entre os trabalhadores estáveis, trabalhadores precarizados, novas modalidades de contratação como através de Pessoas Jurídicas (PJ) ou, ainda, entre os contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e seus processos de subtração recente de direitos, a efetivação de uma lógica complexa e diversificada de fragmentação e desvalorização do trabalhador dos serviços de saúde, que nos dá subsídios teóricos para compreensão da conjuntura contraditória que atravessou as relações de trabalho na saúde ao longo da história, que foram fundamentais para consolidação e organização do trabalho na contemporaneidade. Neste sentido, podemos afirmar que os rebatimentos do contraditório processo de descentralização e flexibilização da política de saúde e suas inúmeras tentativas de desestatização, apresentados por Lima (2017), têm impactos substanciais sobre o trabalho dos profissionais de saúde, que são expostos às mais variadas formas precarizadas de contratação, firmadas por intermédio de organizações sociais, fundações de saúde, cooperativas e outras formas de associações. Nesta perspectiva, a compreensão das inúmeras modalidades de precarização do trabalho na saúde e seus fundamentos históricos é essencial para uma releitura da realidade e seus esquemas contemporâneos de dominação da classe trabalhadora.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDREAZZI, M. F. S. O público e o privado na atenção à saúde: notas para uma caracterização de trajetórias e desafios no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S.

- B. (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2013.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_. O privilégio da Servidão – o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2013.
- DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. Caderno CRH. V. 27, n. 70, p. 75-89. Salvador: UFBA, jan.-abr., 2014.
- FILHO, N. A. Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. Revista Ciência e Saúde Coletiva II. Rio de Janeiro, 1997.
- HARVEY, D. Para entender O Capital – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2014.
- LIMA, J. B. de. A privatização da saúde por meio das Organizações Sociais: a experiência do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Serviço Social), p. 278 – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- MANDEL, E. O Capitalismo Tardio. (Os Economistas), p. 265-285; 333-350, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. Livro III. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATOS, M. C. de. Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.
- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOARES, R. C. A racionalidade da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social. In: SOARES, R. C. Contrarreforma no SUS e o Serviço Social. Recife: UFPE, 2020.